

Termo de Referência 12/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
12/2024	158366-INST.FED.DO R.G.DO NORTE/CAMPUS CURRAIS NOVOS	LEONARDO DE ALMEIDA MARCIANO	08/08/2024 09:43 (v 1.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		23035.001517.2024-08

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.

1.1. Aquisição de gás GLP, apresentados em vasilhames do tipo P-45 e P-13, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. MÍNIMA	QUANT. MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTA
1	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo, em cilindros tipo P-13, com a possibilidade de vasilhame em comodato caso haja necessidade do órgão. Local de entrega conforme no Anexo I.	461517	Unidade	12	20	R\$ 117,46	R\$ 2.349,20
2	Recarga de Gás Liquefeito de	461515	Unidade	20	60	R\$ 449,77	R\$ 26.986,20

	Petróleo, em cilindros tipo P-45, com a possibilidade de vasilhame em comodato caso haja necessidade do órgão. Local de entrega conforme no Anexo I.						
3	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo, em cilindros tipo P-13, com a possibilidade de vasilhame em comodato caso haja necessidade do órgão. Local de entrega conforme no Anexo I.	461517	Unidade	04	06	R\$ 117,46	R\$ 704,76
4	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo, em cilindros tipo P-45, com a possibilidade de vasilhame em comodato caso haja necessidade do órgão. Local de entrega conforme no Anexo I.	461515	Unidade	06	16	R\$ 449,77	R\$ 7.196,32
5	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo, em cilindros tipo P-13, com a	461517	Unidade	12	36	R\$ 117,46	R\$ 4.228,56

	possibilidade de vasilhame em comodato caso haja necessidade do órgão. Local de entrega conforme no Anexo I.						
6	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo, em cilindros tipo P-13, com a possibilidade de vasilhame em comodato caso haja necessidade do órgão. Local de entrega conforme no Anexo I.	461517	Unidade	4	8	R\$ 117,46	R\$ 939,68
7	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo, em cilindros tipo P-45, com a possibilidade de vasilhame em comodato caso haja necessidade do órgão. Local de entrega conforme no Anexo I.	461515	Unidade	3	8	R\$ 449,77	R\$ 3.598,16
8	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo, em cilindros tipo P-13, com a possibilidade de vasilhame em comodato caso	461517	Unidade	2	4	R\$ 117,46	R\$ 469,84

	haja necessidade do órgão. Local de entrega conforme no Anexo I.						
9	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo, em cilindros tipo P-45, com a possibilidade de vasilhame em comodato caso haja necessidade do órgão. Local de entrega conforme no Anexo I.	461515	Unidade	5	10	R\$ 449,77	R\$ 4.497,70
10	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo, em cilindros tipo P-13, com a possibilidade de vasilhame em comodato caso haja necessidade do órgão. Local de entrega conforme no Anexo I.	461517	Unidade	1	52	R\$ 117,46	R\$ 6.107,92
11	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo, em cilindros tipo P-45, com a possibilidade de vasilhame em comodato caso haja necessidade do órgão. Local de entrega	461515	Unidade	1	12	R\$ 449,77	R\$ 5.397,24

	conforme no Anexo I.						
12	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo, em cilindros tipo P-13, com a possibilidade de vasilhame em comodato caso haja necessidade do órgão. Local de entrega conforme no Anexo I.	461517	Unidade	1	7	R\$ 117,46	R\$ 822,22
13	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo, em cilindros tipo P-45, com a possibilidade de vasilhame em comodato caso haja necessidade do órgão. Local de entrega conforme no Anexo I.	461515	Unidade	1	12	R\$ 449,77	R\$ 5.397,24
14	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo, em cilindros tipo P-13, com a possibilidade de vasilhame em comodato caso haja necessidade do órgão. Local de entrega conforme no Anexo I.	461517	Unidade	1	30	R\$ 117,46	R\$ 3.523,80

15	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo, em cilindros tipo P-45, com a possibilidade de vasilhame em comodato caso haja necessidade do órgão. Local de entrega conforme no Anexo I.	461515	Unidade	1	10	R\$ 449,77	R\$ 4.497,70
16	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo, em cilindros tipo P-13, com a possibilidade de vasilhame em comodato caso haja necessidade do órgão. Local de entrega conforme no Anexo I.	461517	Unidade	20	40	R\$ 117,46	R\$ 4.698,40
17	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo, em cilindros tipo P-45, com a possibilidade de vasilhame em comodato caso haja necessidade do órgão. Local de entrega conforme no Anexo I.	461515	Unidade	10	20	R\$ 449,77	R\$ 8.995,40
18	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo, em	461517	Unidade	1	25	R\$ 117,46	R\$ 2.936,50

	cilindros tipo P-13, com a possibilidade de vasilhame em comodato caso haja necessidade do órgão. Local de entrega conforme no Anexo I.						
19	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo, em cilindros tipo P-13, com a possibilidade de vasilhame em comodato caso haja necessidade do órgão. Local de entrega conforme no Anexo I.	461517	Unidade	1	5	R\$ 117,46	R\$ 587,30
20	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo, em cilindros tipo P-45, com a possibilidade de vasilhame em comodato caso haja necessidade do órgão. Local de entrega conforme no Anexo I.	461515	Unidade	1	80	R\$ 449,77	R\$ 35.981,60
21	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo, em cilindros tipo P-13, com a possibilidade de	461517	Unidade	4	10	R\$ 117,46	R\$ 1.174,60

	vasilhame em comodato caso haja necessidade do órgão. Local de entrega conforme no Anexo I.						
22	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo, em cilindros tipo P-13, com a possibilidade de vasilhame em comodato caso haja necessidade do órgão. Local de entrega conforme no Anexo I.	461517	Unidade	60	120	R\$ 117,46	R\$14.095,20
23	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo, em cilindros tipo P-45, com a possibilidade de vasilhame em comodato caso haja necessidade do órgão. Local de entrega conforme no Anexo I.	461515	Unidade	25	50	R\$ 449,77	R\$22.488,50
24	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo, em cilindros tipo P-13, com a possibilidade de vasilhame em comodato caso haja necessidade	461517	Unidade	1	12	R\$ 117,46	R\$1.409,52

	do órgão. Local de entrega conforme no Anexo I.						
25	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo, em cilindros tipo P-45, com a possibilidade de vasilhame em comodato caso haja necessidade do órgão. Local de entrega conforme no Anexo I.	461515	Unidade	1	16	R\$ 449,77	R\$7.196,32
Valor Total							R\$ 176.279,8

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da homologação, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. Nos termos do Art.47 da Lei Complementar nº 123 de 2006 (Atualizada pela LC nº 147/2014), deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

1.7. Conforme orienta o Art. 48 da LC nº 147/2014 e o Art. 6º do Decreto nº 8.538/2015, para o cumprimento do disposto no Art. 47 da LC nº 123/2006 a Administração Pública deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

1.8. Será utilizado o pregão tipo Registro de Preços, estando a contratação amparada no no artigo 3º, incisos I e III, do Decreto nº 11.462/2023, que autoriza a utilização do SRP quando houver necessidade de contratações frequentes e quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade.

1.9. Será permitida a adesão à Ata de Registro de Preços por todos os órgãos da Administração Pública que desejarem fazer uso da mesma, desde que autorizada por essa unidade gestora e aceita pelo fornecedor, até o quantitativo de duas vezes do valor de cada item registrado na Ata de Registro de preço.

1.10. A justificativa para a permissão para adesão à Ata de Registro de Preços é facilitar o processo de compras no âmbito da administração pública, tendo em vista que a adesão à ata, desde que observada a situação de preço mais vantajoso, é um processo menos moroso e oneroso do que um processo licitatório comum, pois a possibilidade de utilização da ata por outro órgão atende aos princípios de eficiência e economicidade, por reduzir a duplicidade de esforços, ensejar economia processual e proporcionar celeridade ao processo de aquisição. Além do mais, os itens licitados são objetos comuns a várias instituições de ensino e outras que possuem em suas estruturas, locais para cocção de alimentos e outras atividades que necessitem de fonte de calor.

1.11. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 10877412000168-0-000010/2024;

II) Data de publicação no PNCP: 19/05/2023;

III) Id do item no PCA: 658;

IV) Classe/Grupo: 6830;

V) Identificador da Futura Contratação: 158366-90011/2023.

OU

2.3. ~~O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [ANO], conforme consta das informações básicas desse termo de referência. Supressão~~

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. *A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. *Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº1, de 19 de janeiro de 2010, bem como normas da Agência Nacional de Petróleo - ANP:*

4.1.1. *Para a gestão e operação dos resíduos perigosos gerados a partir da presente contratação, a contratada deverá observar a Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 10.936, de 2022, e Instrução Normativa 1, 25/01/2013 – IBAMA.*

4.1.1.1. estar regularmente cadastrada no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos – CNORP, parte integrante do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, conforme classificação do Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 1, de 25/01/2013;

4.1.1.2. possuir plano de gerenciamento de resíduos sólidos aprovado pelo órgão competente e em conformidade com as exigências legais e normas pertinentes dos órgãos do SISNAMA, do SNVS e do SUASA;

4.1.1.3. possuir, caso exigível, autorização ou licenciamento junto ao órgão competente, que comprove, no mínimo, capacidade técnica, econômica e condições para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos.

4.1.2. *A Contratada que também operar com resíduos perigosos, em qualquer fase do seu gerenciamento, nos termos da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, e Decreto nº 10.936, de 2022, deverá:*

4.1.2.1. elaborar plano de gerenciamento de resíduos perigosos, a ser submetido ao órgão competente;

4.1.2.2. adotar medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos sob sua responsabilidade, bem como a aperfeiçoar seu gerenciamento;

4.1.2.3. informar imediatamente aos órgãos competentes sobre a ocorrência de acidentes ou outros sinistros relacionados aos resíduos perigosos.

4.1.3. *Os botijões de gás devem seguir as regras da ABNT N° 8.460 e complementares.*

4.1.4. *Os recipientes deverão ser fornecidos cheios, pintados, com identificação em relevo da empresa distribuidora e em perfeito estado de conservação e segurança, conforme legislação em vigor.*

4.1.5. *Não devem ser recebidos vasilhames amassados, enferrujados, com lacre violado, ou que apresente vazamento do produto.*

4.1.6. *O produto deve ser autorizado pela Agência Nacional do Petróleo – ANP, pois as atividades de distribuição e revenda de GLP somente pode ser exercida por pessoas jurídicas, constituídas sob as leis brasileiras, que possuam autorização da ANP, conforme Resolução ANP nº 958, de 09/10/2023 (revenda) e Resolução ANP nº 957, de 05/10/2023 (distribuição).*

4.1.7. *O distribuidor deverá ser obrigado a fornecer com o recipiente transportável, a identificação do distribuidor responsável pelo produto, local e data de envasilhamento e informações de segurança, sua utilização e serviço de atendimento ao consumidor.*

4.1.8. *Deverão ser adotadas práticas de sustentabilidade, quando couber, de acordo com o artigo 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010.*

Subcontratação

4.16. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.19. *Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.*

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.2. As parcelas serão entregues nos seguintes prazos e condições:

- 5.2.1. A execução iniciará a partir da remessa da Nota de Empenho.
- 5.2.2. A CONTRATADA terá até 24 horas após a solicitação para realizar a entrega.
- 5.2.3. Deverá ser realizada a substituição dos cilindros GLP vazios por vasilhames cheios, com entrega nas dependências do setor demandante que fará a solicitação.

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 1 (um) dia de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços:

Cidade de Entrega	Endereço	Contatos
Currais Novos	Rua Manoel Lopes Filho, nº 773, Bairro Valfredo Galvão Currais Novos-RN CEP:59.380- 000	Telefone: (84) 4005-4103 E-mail: diad.cn@ifrn.edu.br
Caicó-RN	RN 288, s/n, Nova Caicó Caicó-RN CEP: 59300-000	Telefone: (84) 4005-4102 E-mail: diad.ca@ifrn.edu.br
Santa Cruz-RN	Rua São Braz, 304, Bairro Paraíso Santa Cruz-RN CEP: 59200-000	Telefone: (84) 4005-4115 E-mail: diad.paas@ifrn.edu.br
Parelhas-RN	Rua Dr. Mauro Duarte, S/N, José Clóvis Parelhas/RN CEP: 59.360-000	Telefone: (84) 4005-4102 E-mail: diad.ca@ifrn.edu.br
Jucurutu-RN	Rua Manoel Januncio De Medeiros, 214, Santa Isabel Jucurutu-RN CEP: 59330- 000	Telefone: (84) 4005-4110 E-mail: diad.sc@ifrn.edu.br
São Paulo do Potengi	RN 120, Km 2, Novo Juremal - São Paulo do Potengi-RNCEP: 59460-000	Telefone:(84) 4005-4112 (ramal 7649) E-mail: fagner.castro@ifrn.edu.br
Nova Cruz	Avenida José Rodrigues de Aquino Filho, nº 640, RN 120, Alto de Santa Luzia - Nova Cruz-RNCEP:59215-000	Telefone:(84) 4005-4107 (ramal 7216) E-mail: compat.nc@ifrn.edu.br

Ceará Mirim	BR 406, Km 145, Planalto - Ceará-Mirim-RNCEP:59570-000	Telefone:(84) 4005-4113 E-mail: diad.cm@ifrn.edu.br
Apodi	Rodovia RN 233, Km 02, nº 1000, Chapada do Apodi - Apodi-RNCEP:59700-000	Telefone:(84) 4005-4101 E-mail: diad.ap@ifrn.edu.br
Macau	Rua das Margaridas, nº 300, Conjunto COHAB - Macau-RNCEP:59500-000	Telefone:(84) 4005-4106 (ramal 6230) / E-mail: compat.mc@ifrn.edu.br
Pau dos Ferros	BR 405, Km 154, s/n, Bairro Chico Cajá - Pau dos Ferros-RNCEP: 59900-000	Telefone:(84) 4005 4109 (ramal 6615) E-mail: Compat.pf@ifrn.edu.br
Lajes	Rodovia BR 304, Km 120, Centro - Lajes-RN CEP:59535-000	Telefone: (84) 4005-4116 / E-mail: diad.laj@ifrn.edu.br
Ipanguaçu	Rodovia RN 118, s/n, Povoado Base Física, Zona Rural - Ipanguaçu-RN CEP: 59508-000	Telefone: (84) 4005-4104 E-mail: diad.ap@ifrn.edu.br
Zona Norte	Rua Brusque, nº 2926, Conjunto Santa Catarina, Potengi - Natal-RN CEP:59112-490	Telefone: (84) 4006-9520 E-mail: cosgem.zn@ifrn.edu.br

1.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.6. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Da Formalização da Contratação

6.6. O adjudicatário terá um prazo estabelecido pela Administração, contados a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas

6.7. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

6.8. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

6.8.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

6.8.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital/termo de referência e seus anexos;

6.8.3. a contratada reconhece que as hipóteses de extinção contratual são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 139 da mesma Lei.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.10.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.10.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.10.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.10.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.10.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.11. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.11.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

Gestor do Contrato

6.13. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

6.14. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

6.15. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

6.16. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

6.17. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.18. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).

6.19. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **15 (quinze)** dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 (dez)** dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice [IPCA/IBGE \(Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo\)](#) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. **Ato de autorização** para o exercício da atividade de distribuição e revenda de GLP, expedido por a Agência nacional de Petróleo - ANP conforme Resolução ANP nº 958, de 09/10/2023 (revenda) e Resolução ANP nº 957, de 05/10/2023(distribuição).

8.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.21. Prova de regularidade com a Fazenda *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.24. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.25. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.26. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.26.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.26.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.26.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.26.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.27. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10 % do valor total estimado da contratação.

8.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.29. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

Qualificação Técnica

8.30. *Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional, em plena validade;*

8.30.1. Os licitantes deverão apresentar comprovação de Registro ou inscrição junto à Agência Nacional de Petróleo – ANP, autorizando o exercício da atividade de Distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), conforme exigência do Art. 3º da Resolução ANP 957, de 05 de outubro de 2023.

8.30.2. Autorização fornecida pela ANP (Agência Nacional de Petróleo), para o exercício da atividade de Revenda de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), conforme exigência do Art. 3º da Resolução ANP 958, de 05 de outubro de 2023.

8.31. *Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.*

8.31.1. *Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:*

8.31.1.1. *Será exigida a apresentação de, no mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando ter executado objeto compatível em características, quantidades e prazos com o objeto.*

8.31.1.2. *Os atestados deverão conter a identificação do órgão da Administração Pública ou empresa emitente, a identificação do contrato extinto ou vigente de fornecimento e a discriminação dos itens executados.*

8.31.2. *Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.*

8.31.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.31.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.32. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.32.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.32.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.32.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.32.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.32.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.32.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.32.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 176.279,88

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 176.279,88 (cento e setenta e nove mil, duzentos e setenta e nove reais e oitenta e oito centavos de real)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

9.4. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato

9.5. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.5.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.5.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.5.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.5.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.4. A Dotação Orçamentária será indicada apenas quando da formalização do contrato ou de outro instrumento hábil, em consonância com o Art. 17 do Decreto nº 11.462/2023, que versa sobre o Registro de Preços para a contratação de bens e serviços no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

Currais Novos, (dia) de julho de 2024.

Leonardo de Almeida Marciano

Matricula: 1872803

Lidiane Aparecida da Silva

Matricula: 1773791

Elania Hortins Dantas

Matricula: 2138986

ANEXO I

LOCAIS DE ENTREGA E QUANTITATIVO

Itens	Cidade de Entrega	Endereço	Contatos	Quant. Mín.	Quant. Máx.
1	Currais Novos	Rua Manoel Lopes Filho, nº 773, Bairro Valfredo Galvão	Telefone: (84) 4005-4103 E-mail: diad.cn@ifrn.edu.br	12	20
2		Currais Novos-RN CEP: 59.380- 000		20	60
3	Caicó-RN	RN 288, s/n, Nova Caicó Caicó-RN CEP: 59300-000	Telefone: (84) 4005-4102 E-mail: diad.ca@ifrn.edu.br	04	06
4				06	16
5	Parelhas-RN			12	36

		Rua Dr. Mauro Duarte, S/N, José Clóvis Parelhas/RN CEP: 59.360-000	Telefone: (84) 4005-4115 E-mail: diad.paas@ifrn.edu.br		
6	Jucurutu-RN	Rua Manoel Januncio De Medeiros, 214, Santa Isabel Jucurutu-RN CEP: 59330-000	Telefone: (84) 4005-4102 E-mail: diad.ca@ifrn.edu.br	04	08
7				03	08
8	Santa Cruz-RN	Rua São Braz, 304, Bairro Paraíso Santa Cruz-RN CEP: 59200-000	Telefone: (84) 4005-4110 E-mail: diad.sc@ifrn.edu.br	02	04
9				05	10
10	São Paulo do Potengi	RN 120, Km 2, Novo Juremal - São Paulo do Potengi-RN CEP:59460-000	Telefone:(84) 4005-4112 (ramal 7649) E-mail: fagner.castro@ifrn.edu.br	01	52
11				01	12
12	Nova Cruz	Avenida José Rodrigues de Aquino Filho, nº 640, RN 120, Alto de Santa Luzia - Nova Cruz-RN CEP:59215-000	Telefone:(84) 4005-4107 (ramal 7216) E-mail: compat.nc@ifrn.edu.br	01	07
13				01	12
14	Ceará Mirim	BR 406, Km 145, Planalto - Ceará-Mirim-RN CEP:59570-000	Telefone:(84) 4005-4113 E-mail: diad.cm@ifrn.edu.br	01	30
15				01	10
16	Apodi	Rodovia RN 233, Km 02, nº 1000, Chapada do Apodi - Apodi-RN CEP:59700-000	Telefone:(84) 4005-4101 E-mail: diad.ap@ifrn.edu.br	20	40
17				10	20
18	Macau	Rua das Margaridas, nº 300, Conjunto COHAB - Macau-RN CEP:59500-000	Telefone:(84) 4005-4106 (ramal 6230) / E-mail: compat.mc@ifrn.edu.br	01	25
19	Pau dos Ferros	BR 405, Km 154, s/n, Bairro Chico Cajá - Pau dos Ferros-RN CEP:59900-000	Telefone:(84) 4005 4109 (ramal 6615) E-mail: Compat.pf@ifrn.edu.br	01	05
20				01	80

21	Lajes	Rodovia BR 304, Km 120, Centro - Lajes-RN CEP:59535-000	Telefone: (84) 4005-4116 / E-mail: diad.laj@ifrn.edu.br	04	10
22	Ipanguaçu	Rodovia RN 118, s/n, Povoado Base Física, Zona Rural - Ipanguaçu-RN CEP: 59508-000	Telefone: (84) 4005-4104 E-mail: diad.ap@ifrn.edu.br	60	120
23				25	50
24	Zona Norte	Rua Brusque, nº 2926, Conjunto Santa Catarina, Potengi - Natal-RNCEP: 59112-490	Telefone: (84) 4006-9520 E-mail: cosgem.zn@ifrn.edu.br	1	12
25				1	16

11. Modelo de Documentação Utilizado

O modelo de documentação utilizado foi extraído da Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Atualização: dezembro/2023

Termo de Referência Aquisições – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico

Aprovado pela Secretaria de Gestão.

Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão dezembro/2022)

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LEONARDO DE ALMEIDA MARCIANO

Agente de contratação

LIDIANE APARECIDA DA SILVA

Agente de contratação

ELANIA HORTINS DANTAS

Agente de contratação



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
REITORIA
Rua Dr. Nilo Bezerra Ramalho, 1692, Tirol, Natal/RN - CEP 59015-300
Fone: (84) 4005-0768, (84) 4005-0750

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 23035.001517.2024-08

MODALIDADE (PREGÃO)/ MODELO AGU (referência)
CAMPUS/CURRAIS NOVOS

AQUISIÇÃO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP (P-45 e P-13)

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Aprovo o presente Termo de Referência, considerando os elementos que caracterizam o objeto, a necessidade da aquisição, a aplicabilidade dos recursos públicos empregados, bem como os resultados esperados, conforme fundamentado nos autos.

assinado eletronicamente por
ANDREILSON OLIVEIRA DA SILVA
Diretor Geral

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Andreilson Oliveira da Silva, DIRETOR(A) GERAL - CD0002 - DG/CN**, em 07/08/2024 13:31:28.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 07/08/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 741179

Código de Autenticação: 342fe3877c

